

# **O USO DE IMAGENS DO COTIDIANO PARA PROBLEMATIZAR QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DE LARANJAL DO JARI/AP: RECURSO METODOLÓGICO PARA PESQUISA E ENSINO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR**

**Eliana do Socorro de Brito Paixao  
Ana Maria de Oliveira Cunha**

## **Resumo**

Este artigo é parte da tese de doutorado e visa discutir o uso de imagens do cotidiano como recurso metodológico para problematizar questões socioambientais na perspectiva da Educação Popular. Tem como foco as questões socioambientais da cidade de Laranjal do Jari/AP que, historicamente, se naturalizam à vida dos moradores. A cidade localiza-se ao Sul do estado do Amapá, na fronteira com o estado do Pará, Suriname e Guiana Francesa, sendo a sua origem coincidente com a implantação do Projeto Jari. A pesquisa foi qualitativa, com participação dos moradores e o uso de imagens nas atividades inspiradas no Círculo de Cultura. Um dos resultados indicou que de tais imagens estimularam os moradores a debaterem questões de sua realidade e que poderá subsidiar pesquisas e ensino em Educação Ambiental.

Palavras-chave: Questões socioambientais. Círculo de Cultura. Educação Ambiental Popular.

## **1. Introdução**

O presente artigo é parte da tese de doutorado intitulada “A realidade socioambiental de Laranjal do Jari/AP: soluções apontadas por moradores na perspectiva da Educação Popular”. Tem por objetivo discutir o uso de imagens do cotidiano como recurso metodológico para problematizar questões socioambientais da cidade de Laranjal do Jari/AP. O foco permeou as questões socioambientais locais que, historicamente, naturalizam-se à vida dos moradores.

No estado do Amapá, há uma situação ambígua, na qual graves questões socioambientais estão presentes, a despeito de o estado carregar o título de o mais preservado do Brasil. Tal situação é observada no município de Laranjal do Jari, cuja cidade sede é a terceira maior do estado em contingente populacional. Sua origem coincide com a instalação do Projeto Jari na região, em 1967, para exploração de minério de caulim e de celulose em larga escala. Tal projeto atraiu intenso fluxo migratório, desencadeando um processo de ocupação desordenado, que se desdobrou na formação de uma favela fluvial de grandes proporções (Figura 1), com consequências significativas, que justificam o índice de pobreza da ordem de 46% (IBGE, 2003). Em 10 anos a população do município, que é de 39.942 habitantes (IBGE, 2010), cresceu 40%, sendo que 94,9% dos moradores estão concentrados na sua sede. Para o porte da cidade é um índice muito elevado e preocupante, pois as vulnerabilidades

socioambientais também aumentaram, estenderam-se para toda a sua área urbana e, estranhamente, naturalizando-se à vida humana.

FIGURA 1 – Cidade de Laranjal do Jari



Fonte: Acervo PDP, 2006.

O quadro apresentado nos provocou a realiza a pesquisa na cidade de Laranjal do Jari com abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e no tratamento dos dados nos ancoramos na análise de conteúdo (BARDIN, 2010). Os participantes (48), identificados na pesquisa com letras maiúsculas, são moradores locais, residentes em cinco bairros situados em diversas partes da cidade. Possuem idades que variam entre 18 e 65 anos, distintas profissões e níveis de escolarização. O critério de seleção dos mesmos foi a localização, a densidade populacional e semelhança em relação às questões socioambientais.

O diálogo com os participantes foi inspirado no “Círculo de Cultura” (FREIRE, 1967), que prevê o uso de fotografias como recurso metodológico para a concretude de uma situação real, de modo a alcançar o significado incutido na mente das pessoas e suscitar reflexões coletivas. “O imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida” (LAPLANTINE; TRINDADE, 2003). Ou seja, do cotidiano vivenciado extraem-se imagens, que ao serem apresentadas aos agentes provocam variadas sensações, que permitem entender como as pessoas usam os significados para expressarem seu entendimento da vida real. Com tal perspectiva pode-se utilizar esse recurso como metodologia de ensino,

possível tanto na Educação Formal como Informal, vertente na qual se encaixa a Educação Popular que dá suporte à Educação Ambiental pretendida.

A educação popular, para Wanderley (2010) tem um caráter social, transformador, libertador e democrático; pode ser desenvolvida nas comunidades e, em múltiplos espaços informais externos ao sistema de ensino formal. Destaca-se, também, pelo seu caráter político, pois prioriza as populações menos favorecidas, que vivem em situação de risco iminente e de vulnerabilidade social.

O corpo deste artigo está estruturado em três partes: na primeira, discutimos o potencial metodológico do uso de imagens nas discussões com moradores sobre a problemática das questões socioambientais no contexto urbano, inspirado no Círculo de Cultura (FREIRE, 1967) ou Círculo de Investigação Temática (2011); na segunda, analisamos algumas falas dos moradores sobre as questões socioambientais correlacionando-as com a perspectiva de subsídio para pesquisa e ensino; e, na terceira, o desafio para prática de uma Educação Ambiental transformadora.

A relevância da pesquisa traduz o potencial dos recursos visuais para problematizar questões cotidianas e captar subsídios para formulação de práticas de cunho socioeducacional e político, como alternativas educacionais para transformação social.

## **2. O uso de imagens: recurso metodológico para problematização de questões socioambientais em Laranjal do Jari/AP**

As estratégias de pesquisa foram pensadas e definidas como base na concepção dialógica de Freire (1979) que prescreve ser necessária uma educação que possibilitasse ao homem discutir corajosamente a sua problemática, inserindo-se como parte integrante da mesma. Ou seja, uma “Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões” (FREIRE, 1967, p.90). Uma educação que conduza o homem a reflexão diante dos problemas do seu tempo e do seu ambiente de vivência, numa perspectiva constante de mudança de atitude, reforça esse autor.

De acordo com a postura tradicional, muitos pesquisadores consideram que, de um lado, os membros das classes populares não sabem nada, não têm cultura, não têm educação, não dominam raciocínios abstratos, só podem dar opiniões e, por outro lado, os especialistas sabem tudo e nunca erram. [...]. O participante comum conhece os problemas e as situações nas quais está vivendo. De modo geral quando existem condições para sua expressão, o

saber popular é rico, espontâneo, muito apropriado à situação local. (THIOLLENT, 2003, p. 67).

Concordando com Thiollent (2003), definimos as estratégias de pesquisa, buscando inspiração no “Círculo de Cultura” (FREIRE, 1967, p. 102) ou “Círculo de Investigação Temática” (FREIRE, 2011, p. 156), idealizado por Paulo Freire, que consiste na estimulação de debates em grupo, numa relação dialógica, sobre temas relativos aos problemas cotidianos por eles enfrentados.

Para esse autor (1979), o diálogo é “uma necessidade existencial”, uma trilha que conduz os homens a encontrarem seu significado enquanto homem, na medida em que, os contatos entre os que dialogam são reveladores de ansiedade, frustrações, desconfiança. Mas, também, despertam esperanças de que a realidade pode ser transformada no sentido positivo e induzem a conjugação de forças para ação. O diálogo, portanto, se afina com a proposta metodológica definida para a pesquisa dentro dos pressupostos da educação popular que se caracteriza pela construção de uma educação na e com as comunidades.

A finalidade das atividades pedagógicas realizadas no decorrer da pesquisa, foi ouvir os moradores, debater com eles e captar nas falas o significado acumulado no imaginário coletivo acerca das questões socioambientais locais. Nessas atividades incluímos a “tempestade de ideias” (BROSE, 2005, p.38), rodas de conversa e coleta de depoimentos. Nas duas primeiras utilizamos a projeção de fotografias da realidade vivenciada pelos moradores, de autoria das pesquisadoras, que retratam as condições de moradia, do lixo, da água, do esgoto sanitário e do sistema viário.

As rodas de conversa (FREIRE, 1967) constituem uma forma apropriada aos processos de leitura e intervenção comunitária. Consistem em um método de participação coletiva e tende a estimular nos sujeitos a construção da autonomia e favorecer o exercício da cidadania, por meio da problematização de questões imanentes ao seu cotidiano.

Paulo Freire, em seu método de alfabetização, utilizava a fotografia como código de uma situação existencial dos alunos, ou seja, apresentava aos mesmos a sua realidade por meio de imagens. Era uma forma de tornar concreta tal situação e ao mesmo tempo estabelecer um distanciamento entre a situação real, concreta, e o olhar dos alunos. Esse recurso possibilitava que alunos e educadores refletissem juntos e criticamente sobre a imagem projetada. Para Freire (1979, p. 18), “o fim da decodificação é chegar a um nível crítico de conhecimento, começando pela experiência que o aluno tem da realidade em seu ‘contexto real’”. Há nessa proposta uma frutífera oportunidade de intercâmbio na produção de conhecimentos sobre a

realidade quando se associa o abstrato ao concreto e vice-versa, possibilitando a elaboração de uma nova visão do mundo, no qual os sujeitos se situam.

As fotografias projetadas suscitaram, nos participantes, em certos momentos, expressões de surpresa, que nos permitiram compreender a leitura que formulavam sobre a realidade posta. Considerando que a comunidade coaduna pessoas com distintos níveis de escolarização, o uso de imagens é um recurso facilitador e um elo de integração para que diferentes sujeitos possam participar ativamente dos debates. Freire (1967, p.107) denominou o uso de sinais gráficos de “método ativo, dialogal, crítico e criticizador”. Nesse prisma, Freire (Ibid, p. 106) salienta: “[...] já pensávamos em um método ativo que fosse capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras, posta diante do grupo, [...]”. Esse enunciado prenuncia que é possível tornar-se crítico e fazer da criticidade um aporte de ideias para transformação da vida em sociedade.

Concordando com Brandão (2003), o encontro com os participantes nos debates foi importante para compreender se o que as pessoas querem dizer quando falam tem algum significado para elas, ao mesmo tempo em que ocorre “[...] interação de sentidos, de intercomunicação de sentimentos, de partilha de saberes e de valores” (Idem, p.143).

É nosso pensamento de que o diálogo permanente em relação às questões postas é primordial e deve ter como protagonistas os moradores da cidade, pois são eles que vivem nas periferias sociais, compondo um segmento que foi “[...] historicamente negado, marginalizado, abandonado, fracassado” (ESTEBAN, 2007, p.11).

Buscando inspiração em tais concepções, entendemos que a Educação Ambiental Popular deve ser formulada e efetivada na mesma direção, pois concordando com Freire (1967), depreendemos que esse viés da educação também forma sujeitos que, inseridos numa conjuntura sociopolítica se tornam capazes de agir criticamente na sociedade (FREIRE, 1967). A Educação Ambiental sugere que se construa uma consciência e seu alcance ultrapassa os limites das escolas, carecendo não apenas atingir as crianças e os jovens, mas toda a população e vários espaços extra-escolares.

Wanderley (2010) advoga que, a Educação Popular visa a realização de um poder popular, a partir da associação entre teoria e prática, pautada na consciência dos interesses das classes populares. Ancora-se em uma dimensão histórico-política, porque depende do avanço das forças produtivas e se conjuga com outras dimensões da luta global das classes populares. Dessa forma, dirigida ao meio ambiente no contexto urbano, constitui os processos pedagógicos destinados à formação ambiental dos indivíduos e grupos sociais fora do sistema de ensino. Entretanto, defendemos que o uso de fotografias da vida real como facilitador no

diálogo com a população se revela construtivo, podendo subsidiar pesquisas sobre a realidade na qual a escola está inserida. E ao fazer isso também se revela metodologia de ensino, na medida em que tal realidade passa a ser pensada em seus próprios termos.

### **3. O olhar dos moradores sobre a realidade socioambiental de Laranjal do Jari/AP: perspectivas de subsídios para pesquisa e ensino em Educação Ambiental**

A precária tessitura da cidade de Laranjal do Jari e suas implicações no cotidiano da população são inquietantes quando se coteja: a produção de lucros pela exploração de riquezas naturais e a pobreza da população aliada ao incipiente acesso aos equipamentos e serviços públicos; a proteção de áreas municipais e o caos da cidade; o avanço capitalista e a luta pela sobrevivência.

Lefebvre (2006, p.46-47) assinala que “[...] a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra em condições históricas”. A cidade não funciona sem o fluxo social e nem este sem a cidade. São indissociáveis, imbricados numa relação de interdependência que se reformula ao longo do tempo, engendrando transformações. Na cidade de Laranjal do Jari essa relação elucida o caos socioambiental que se alinhava por décadas. A cidade cresce em direção às áreas de terra firme, e em meio a esse processo as questões socioambientais se alastram para as áreas expandidas, não contribuindo para que a mesma cumpra a sua função social.

O acúmulo de lixo e de esgoto a céu aberto são questões que causam espanto a quem chega para visitar ou fixar moradia em Laranjal do Jari. De acordo com SAB *nas passarelas não tem coleta de lixo, até as fossas, os dejetos humanos são lançados direto no rio, e essa água também pode estar contaminada.*

Ao projetarmos a fotografia da cidade (Figura 1), o impacto foi imediato. As falas dos moradores materializaram a configuração da mesma contida no imaginário coletivo. Alguns disseram: *olha, tem a forma de uma âncora! Parece uma espinha de peixe!* O olhar era de deslumbramento e de espanto. Na sequência, perguntamos: quando vocês olham essa imagem e se sentindo moradores, o que vem à mente? As respostas foram surpreendentes:

*Laranjal parece uma árvore de cascalho, uma árvore seca, desmatada, uma favela; parece um garimpo; parece a Serra Pelada; lixeira. Quando se fala em Laranjal do Jari a gente pensa que é uma maravilha, só a gente vindo pra ver o que é né, vou chegar e ver uma lixeira; ver que não é lá essas coisas; incêndios; enchentes.*

A maioria associou a cidade com uma favela, numa situação excludente socialmente e precária em sua estrutura urbana. De fato as ocupações irregulares foram densamente assentadas em áreas de várzea, modelando uma enorme favela fluvial, mas as mazelas socioambientais se avolumaram e se espraiaram para toda a cidade. O risco da proliferação de doenças, ocorrência de incêndios, enchentes, multiplicação de roedores, insetos, dentre outros vetores de doenças das mais variadas espécies, é iminente. “Assim se entrevê, através dos problemas distintos e do conjunto problemático, a crise da cidade. [...]” (LEFEBVRE, 2006, p. 13). A degradação e as vulnerabilidades socioambientais se somam a um processo perverso de fabricação de pobreza, nutrido por relações de poder que naturalizam as condições mínimas de sobrevivência como suficientes para qualidade de vida.

Sobre a contaminação da água do rio, assim falou STA: ***o meu marido uma vez foi tomar banho, ele mergulhou, quando ele buiou, o cabelo do marinho, o troféu, veio na cabeça dele*** (risos). Para esse sujeito “buiou” significa emergir e “cabelo do marinho, troféu” se refere a fezes. Esse fato não é incomum diante da ausência de condições sanitárias salubres, pois os sanitários, na parte baixa da cidade (várzea), são construídos em madeira, sem os aparatos de higiene e acondicionamento adequado para os dejetos humanos.

A relação de convivência dos moradores locais com a insalubridade é concreta, mas alguns aspectos passam despercebidos ou são assimilados como parte do cotidiano, por isso não são vistos. Nas falas observamos que embora haja animais roedores e insetos sob as moradias e entorno, não foram mencionados.

No que se refere ao lixo, as inquietações são evidentes, visto que, segundo eles, o atendimento à população é incipiente e inadequado. Sobre esse aspecto ROC afirmou: ***às vezes a gente coloca o lixo na lixeira, mas passa de dois a três dias lá. E muitas vezes eles jogam na caçamba e cai até fora do outro lado do carro e fica lá. Aí vem cachorro, vem urubu, vem gato, vem tudo aí fazer aquela poluição.***

Ainda que haja coleta regular e em veículos adequados não há local apropriado para depósito. Há um lixão a céu aberto, distante 6 km do perímetro urbano. A Política Nacional de Resíduos Sólidos definiu como uma das metas a serem cumpridas pelos municípios brasileiros, a eliminação de lixões e a construção de aterros sanitários para depósito de rejeitos, até o dia 02 de agosto de 2014 (BRASIL, 2010). Laranjal do Jari ainda infringe essa determinação, pois não há nenhuma perspectiva de providência nesse sentido.

No que concerne ao sistema de fornecimento de água tratada foram manifestadas algumas angústias. SAB assinalou que: ***com relação à água, no ano passado eu fiz um trabalho sobre o pH e a água aqui é um pouco ácida, a qualidade está comprometida.*** MOR mencionou que

em razão do incipiente fornecimento de água, para armazenagem, ***a maioria das pessoas usa tambores de ferro, de plástico sem tampa.***

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE em 2008, trouxe revelações que corroboram com o que disseram os moradores.

Em relação ao abastecimento de água, apontou que há atendimento por rede de distribuição, mas a qualidade está comprometida (IBGE, 2008). No que tange ao esgotamento sanitário e ao sistema de drenagem urbana, a pesquisa descreve que Laranjal do Jari é uma cidade desprovida da prestação desses serviços (IBGE, 2008).

Sobre resíduos sólidos, segundo MAR, descarta-se cuba de ovo, saco plástico, que levam anos para decomposição. Nessa linha, MOR (doméstica) salienta: ***O que a gente mais vê é garrafas PET, plástico, é complicado. A gente não sabe aproveitar, porque não sabe fazer nada.*** O mesmo ocorre com os resíduos de madeira que são descartados pelas serrarias e estragam por não terem uma destinação útil, quando poderiam ser aproveitados.

Todo esse conjunto de informações expressadas pelos participantes podem subsidiar ações de Educação Ambiental associadas com a tradição da Educação Popular que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, que não descarta a participação da escola, como um dos integrantes desse processo. A educação popular é um processo em permanente construção, na medida em que não há uma sistemática de execução definida e que pode acontecer conforme a necessidade dos contextos sociais, onde se destacam as relações de poder e se modificam continuamente as relações alinhavadas.

#### **4. O desafio da Educação Ambiental a partir das questões socioambientais apontadas por moradores de Laranjal do Jari**

Segundo Reigota (2004) a Educação Ambiental entendida como educação política fortalece a ideia de seu papel de educação crítica aos sistemas autoritários, tecnocráticos e populistas. Nesse prisma, não deve ter um significado dirigido apenas à “[...] utilização racional dos recursos naturais, mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a gestão ambiental” (REIGOTA, 2004, p.10-11). A participação do cidadão na elaboração de alternativas ambientalistas “[...] exige a prática e o aprendizado do diálogo entre gerações, culturas e hábitos diferentes” (REIGOTA, 2004, p.26).

Isso remete ao entendimento de que a educação, com viés de problematizador, tem esse propósito de instigar no sujeito a “consciência crítica” (FREIRE, 1967, p. 105), capaz de olhar



o mundo na sua totalidade, com seus problemas e potencialidades das mais diversas dimensões.

Portanto, instigar os moradores a discutir, sobretudo, as problemáticas sociais e ambientais locais, também poderia engendrar subsídios à formulação e execução de políticas públicas e de cidadania em mesma direção à transformação social.

A educação ambiental poderá contribuir sobremaneira na melhoria de vida das pessoas, sendo a escola uma aliada importante, por ser um espaço significativo de interação entre diferentes saberes. Sabemos que escola não é a redenção para todos os problemas, mas ela pode contribuir na formação do aluno em Educação Ambiental. Entretanto é preciso compreender a sua organização no decorrer da história e o projeto de sociedade vigente, onde há “[...] uma hierarquia econômica fora da escola que afeta a constituição das hierarquias escolares” (FREITAS, 2003, p.18), com intensa influência capitalista, como no caso do Projeto Jari.

Mas acreditamos que a educação pode enfrentar esses entraves, em qualquer modalidade. Na Educação Formal é importante destacar que, a cidade em tela, lamentavelmente, dispõe de poucas escolas. Na rede municipal são apenas seis escolas que ofertam o ensino fundamental e na esfera estadual oito escolas atendem o ensino fundamental e duas, o ensino médio (INEP, 1997/2010). Esses dados revelam que o acesso à da Educação Formal pode ser limitado, devido ao elevado contingente populacional concentrado na área urbana.

Uma possibilidade de buscar a superação desse problema se revelou por meio do significado elaborado pelos moradores quando problematizaram as questões socioambientais locais. Nos debates com eles, afloraram sentimentos que denotaram uma visão de mundo correlacionada com a realidade vivida. Essas sensações coletivas, por vezes ofuscadas pelo fluxo da vida cotidiana, podem sugerir relevantes temas para uma proposta curricular de formação em Educação Ambiental, em consonância com a realidade analisada, na qual se busca superar a maneira como são entendidos os processos individuais e coletivos de aprendizagem segundo o paradigma dominante.

Entendemos que a Educação Ambiental poderia iniciar na Educação Formal, utilizando-se a estrutura disciplinar da educação em favor de um programa de Educação Ambiental participativo, que vislumbre a reversão de questões como as que estão em voga neste trabalho, sem prescindir da participação popular. Concordando com Wanderley (2010), defendemos que as práticas pedagógicas deverão estar conectadas ao fazer e ao saber das comunidades. É importante “desenvolvermos projetos educativos na e com a população para impedir que, mais uma vez, a maior parte da população fique alheia à tomada de decisões que lhe concernem direta e cotidianamente” (REIGOTA, 1991, p. 37). É nessa linha que nós

pensamos que a Educação Ambiental deve ser formulada e efetivada, numa perspectiva integradora e transformadora que a educação popular é capaz de inspirar.

Para alguns moradores é fundamental uma educação que envolva a comunidade, como salientou BAS: **“fazer um trabalho de educação corpo a corpo”**, no contato direto com cada morador.

Carvalho (2001, p. 47) descreve que há “há várias experiências de Educação Ambiental Popular que elegem certos atores sociais como sujeitos prioritários da ação educativa ambiental, como, por exemplo, os grupos e organizações populares”. O nosso entendimento também converge para nessa direção. Como suporte pedagógico, as práticas devem contemplar seminários, oficinas, debates em grupos com mostras de vídeos, fotografias, cartazes, dentre outras ações, desde que repensadas e ajustadas à realidade local. Esse pode ser um meio promissor de inserção dessa temática no contexto coletivo de forma compartilhada e democraticamente negociada.

Segundo Carvalho (2001), essa educação vai além daquelas tradicionalmente já utilizadas. O ambiente é pensado como um sistema complexo de relações e interações da base natural com o social, tendo por arcabouço a forma de apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que nesse contexto se fundam.

Os moradores também se mencionaram a conscientização como um elo importante na Educação Ambiental. NIV concordando com JES disse: **“na minha opinião, Educação Ambiental é um trabalho de conscientização”**. BAR mencionou que: **“as pessoas têm que ter consciência e jogar seu lixo no lixo”**. As incursões sobre o termo tenderam para o sentido de que a pessoa sabe o que é correto, mas não evita o procedimento incorreto. Tal sentido também se apresenta na fala de FAR: **“tem que conscientizar as pessoas, fazer um trabalho social, uma coleta seletiva, se não tiver conscientizado de que é preciso fazer de fato, não vai adiantar”**. No depoimento de SAB, surgiu o termo “sensibilizar” quando disse: **sobre a água, o esgoto e o lixo, acho que em primeiro lugar a população tem que se sensibilizar, porque vai de cada pessoa.**

Como se pode verificar nas falas dos participantes da pesquisa a Educação Ambiental deve acontecer também atrelada à conscientização, embora com diversos significados, o que é um complicador à utilização coerente do mesmo.

Para Freire (1979) “conscientização” é um atributo que advém da mudança de atitude do sujeito. Nesse prisma, concordamos com sua concepção quando argumenta que “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade” (p.17).

As falas sinalizaram, sobretudo, para o desejo de mudança, diante das imagens projetadas e das circunstâncias socioambientais postas. Para eles, significava a oportunidade de se depararem com um cenário concreto, mais não visto cotidianamente com o mesmo olhar que nutriu o seu imaginário, inspirado no sentimento de pertencimento. Ao mesmo tempo em que se posicionaram em relação à aplicação de uma Educação Ambiental que gravitasse entre ações de intervenções pró-ativas e preventivas dirigidas àquela realidade.

## **5. Considerações finais**

Quando se analisa a situação urbana da cidade de Laranjal do Jari, cuja desorganização socioespacial é peculiar de cidades que se formam nas periferias de grandes empreendimentos econômicos, observa-se que os conflitos e as contradições fortalecem a ideia da urgência no envolvimento da sociedade em discussões que permeiam as questões cotidianas.

O quadro apresentado e discutido sugere a necessidade de buscar em outras vias, alternativas que se desdobrem em empoderamento das populações no sentido de tomarem consciência dos problemas socioambientais vigentes. É nessa perspectiva que projetamos a Educação Ambiental em sintonia com a proposta freireana.

A pesquisa revelou que não se deve pensar a Educação Ambiental, no sentido estrito de dissolver conflitos ou a preservação da natureza com intervenções pontuais. Essa variante da educação deve ser oportunizada à transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente, como também estar inserida num contexto da transformação da própria sociedade.

Foi possível observar nas falas que o termo “conscientização” aparece com muita frequência, porém com sentido de ensinar, de indicar que o sujeito sabe fazer o correto, mas não o faz, e de sensibilizar. Entendemos que a conscientização se dá no processo educativo assentado na perspectiva freireana e a Educação Ambiental Popular se funda nessa linha, ou seja, como uma educação política focada nas populações que vivem em situação de risco; uma educação que proponha a busca e a realização de soluções que se direcionem ao enfrentamento das inaceitáveis questões socioambientais que assolam, em especial às pequenas cidades, como Laranjal do Jari.

O uso de imagem e debates são reveladores e nos permitem acessar o que se passa no imaginário das pessoas, a forma como elas enxergam o mundo. São recursos que estimulam a liberdade de expressão e o exercício da cidadania, quando utilizados no encontro com aqueles que conhecem a realidade em vivem. Por isso pensamos que podem ser aplicados em qualquer

contexto, seja em comunidades ou ambientes escolares, especialmente quando se pretende elaborar de políticas públicas, fortalecer a pesquisa social ou prover ensino articulado com a realidade, sobretudo, quando se trata de melhorar o ambiente de vivência para o bem-estar social.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. (1977). Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2010.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. (1991). Tradutores: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto – PT: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 12.305 de 2. 8. 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato)>. Acesso em: 15 Mar. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent**. Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001

ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: desafio à democratização da escola pública**. In: Cad. CEDES, Campinas, vol.27, n.71, p. 9-17, jan. / abr. 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. (1968). 50ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. A lógica da escola. In: \_\_\_\_\_. **Ciclos, seriação e avaliação: Confrontos de lógica**. São Paulo: Moderna, 2003. p.13 -39.

IBGE. **Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros, 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/>>. Acesso em: 25 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=>>>. Acesso em: 26 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Perfil dos Municípios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/>>. Acesso em: 14 Mai. 2013.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. - São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos; 309)

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. (1968). Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2006, 4<sup>a</sup> ed. 2006.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos Teóricos para a realização da Educação Popular. **Em Aberto, Brasília**, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/>>. Acesso em: 17 Out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e representação social**. 6<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12ed. São Paulo - SP: Cortez: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Educação Popular: bases históricas e conexões contemporâneas. In: \_\_\_\_\_. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010. p.19 a 42.